

Curriculum vitae

Dados pessoais:

Nome: Francisco Paes Marques

Data de nascimento: 02/04/1980

Email: FPaesmarques@fd.ul.pt

Formação académica:

-Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2003), com média final de 16 valores.

-Conclusão da parte curricular do curso de Mestrado, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2005), com as seguintes classificações:

- Direito Administrativo: 18 valores

- Contencioso Administrativo: 18 valores

- Direito Constitucional da União Europeia: 18 valores

- Obtenção do grau de Mestre, em Ciências Jurídico-Políticas, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2009), com uma dissertação intitulada: “As relações Jurídicas Administrativas Multipolares (Contributo para a sua compreensão substantiva)”, sob a orientação do Prof. Doutor Sérvulo Correia, integrando ainda os Professores Doutores Jorge Miranda (Presidente), Mário Aroso de Almeida (Arguente), David Duarte (Arguente) e Eduardo Santos Júnior, classificada com 18 valores;

- Obtenção do Grau de Doutor, em Ciências Jurídico-Políticas na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2009), com uma dissertação intitulada: “Conflitos entre particulares de oposição reversível no Contencioso Administrativo”, sob a orientação do Prof. Doutor Fausto de Quadros, integrando ainda os Professores Doutores José Artur Duarte Nogueira (Presidente), José Carlos Vieira de Andrade, Paulo Otero (Arguente), Paula Costa e Silva, Vasco Pereira da Silva e Mário Aroso de Almeida (Arguente), classificada com distinção e louvor por unanimidade.

Docência:

- Monitor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo leccionado a disciplina de Direito Internacional Privado, sob a regência do Prof. Doutor Eduardo dos Santos Júnior (2005-2006);

- Assistente- Estagiário da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo leccionado as seguintes disciplinas (2006-2009):
 - Direito Administrativo, sob a regência do Prof. Doutor Fausto de Quadros (2006-2007);
 - Ciência Política e Direito Constitucional, sob a regência do Prof. Doutor Carlos Blanco de Moraes (2006-2007);
 - Direito Constitucional III, sob a regência do Prof. Doutor Jorge Miranda (2008);
 - Direito Administrativo II (Contratação Pública), sob a regência da Prof.^a Doutora Maria João Estorninho (2008);
 - Direito Internacional Público, sob a regência da Prof.^a Doutora Maria Luísa Duarte (2008)
 - Direito da União Europeia, sob a regência da Prof.^a Doutora Maria Luísa Duarte (2007-2008);

- Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo leccionado as seguintes disciplinas (2009-):
 - Direito da União Europeia, sob a regência da Prof.^a Doutora Maria Luísa Duarte (2008-2009);
 - Direito da União Europeia, sob a regência do Prof. Doutor Fausto de Quadros (2009-2010);
 - Direito Internacional Público, sob a regência do Prof. Doutor Carlos Blanco de Moraes (2009-2010);
 - Direito Internacional Público, sob a regência do Prof. Doutor Carlos Blanco de Moraes (2010-2011);
 - Direito da União Europeia, sob a regência do Prof. Doutor Fausto de Quadros (2010-2011);

- Direito do Urbanismo, sob a regência do Prof. Doutor Luís Pereira Coutinho (2010-2011);
- Direito Administrativo, sob a regência do Prof. Doutor Fausto de Quadros (2011-2012);
- Direito Internacional Público, sob a regência do Prof. Doutor Carlos Blanco de Moraes (2011-2012);
- Contencioso Administrativo e Tributário, sob a regência do Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva (2011-2012);
- Direito Administrativo I, sob a regência da Prof.^a Doutora Maria João Estorninho (2015-2016);
- Direito Administrativo I, sob a regência do Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa (2015-2016);
- Direito Administrativo II, sob a regência do Prof. Doutor David Duarte.

- Regência da disciplina de Sistema Jurídico da União Europeia e de Direito das Relações Internacionais, do Curso de Estudos Europeus da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2008-2009);

- Professor Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2016-).

Outras actividades profissionais

- Assessor da Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação do XVII Governo Constitucional (2005-2007);
- Assessor do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus (2009-2010)
- Consultor Jurídico na área do Direito Administrativo Geral, Urbanismo e Ambiente (2005-).

Conferências como orador em colóquios, pós-graduações e formações

- 1) “O novo regime jurídico da acessibilidade aos edifícios públicos e habitacionais”- Câmara Municipal de Vila Real (2006);
- 2) “O Novo Regime jurídico de acessibilidade a satisfazer no projecto e na construção de

espaços públicos, equipamentos colectivos e habitacionais”, in O Papel das autarquias na vertente administrativa e legal face ao novo regime da acessibilidade, Câmara Municipal do Seixal (2007);

3) A regra da Presidência rotativa da União Europeia e o Projecto de Constituição Europeia– European Law Student´s Association (ELSA), Faculdade de Direito de Lisboa (2007);

4) “A revisão da Lei de Bases do Ambiente e o Direito da União Europeia”, Instituto de Ciências Jurídico-Políticas e Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território (2011);

5) “O concurso de acesso ao Ensino Superior”, Pós-Graduação em Direito dos Concursos- Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa (2011);

6) “As relações jurídicas multilaterais e o procedimento administrativo”, Pós-Graduação em Direito do Procedimento Administrativo- Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa (2011);

7) Acção de formação sobre o Tratado de Lisboa- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (2011);

8) As divergências entre a jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia e a jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, Módulo de Direitos Fundamentais- Centro de Excelência Jean Monnet da Universidade de Lisboa (2011);

9) A diversidade dos sistemas eleitorais nacionais para a eleição do Parlamento Europeu, Módulo de Direitos Fundamentais- Centro de Excelência Jean Monnet da Universidade de Lisboa (2012);

10) Licenças e outros actos permissivos para actividades ligadas ao ambiente, in Curso Avançado em Licenças e Actividades Económicas - Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa (2012);

11) Formação jurídica para dirigentes de IPSS- Capacitar para dirigir, AFID (2012);

12) A prevenção e gestão de catástrofes no Direito da União Europeia, in Catástrofes Naturais, uma realidade multidimensional- - Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa (2012);

13) Enquadramento jurídico da intervenção em situação de crise, emergência e catástrofe- Pós-Graduação de Intervenção na Crise, Catástrofe e Emergência, ISPA (2013);

- 14) A Avaliação de impacto ambiental e os seus múltiplos- Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa (2013);
- 15) O Direito Administrativo angolano, Curso de Direito Público Angolano para Investidores e Juristas - Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa (2013);
- 16) A Relação jurídica procedimental no projecto de revisão do Código de Procedimento Administrativo- -Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa (2013);
- 17) A unificação das formas de processo na revisão do Código de Processo nos Tribunais Administrativos (2014);
- 18) A articulação entre o regime jurídico da urbanização e da edificação e o regime do licenciamento industrial e licenciamento zero, Pós-Graduação de Direito do Urbanismo e Ordenamento do Território- Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa (2014);
- 19) As relações jurídicas multilaterais e a Convenção de Aarhus- Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa (2014).
- 20) Formação sobre o novo Código de Procedimento Administrativo- INA (2015);
- 21) A relação jurídica procedimental no novo Código de Procedimento Administrativo- ANACOM (2015);
- 22) O procedimento do acto administrativo, Conferência sobre o novo Código de Procedimento Administrativo- Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa (2015);
- 23) As providências cautelares, Conferência sobre a revisão do ETAF e do CPTA- Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa (2015);
- 24) O Direito europeu da energia nos sectores da electricidade e do gás- Centro de Investigação em Direito Público (2015);
- 25) O parecer do TJUE sobre a adesão da EU à CEDH- Centro de Investigação em Direito Público- Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2015);
- 26) Os acordos endoprocedimentais no novo Código de Procedimento Administrativo- Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa (2016);

- 27) O Procedimento do acto administrativo no novo Código de procedimento Administrativo, Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa (2016);
- 28) As relações jurídicas multipolares no Contencioso Administrativo- Curso de Formação de preparação para o CEJ em Contencioso Administrativo, Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa (2016);
- 29) A acção de condenação à prática de acto administrativo devido - Curso de Formação de preparação para o CEJ em Contencioso Administrativo, Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa (2016);
- 30) Formação sobre revisão do CPTA- Ministério da Defesa Nacional (2016);
- 31) Formação sobre revisão do CPTA- INA (2016);
- 32) A audiência dos interessados no novo Código de Procedimento Administrativo- ANACOM (2016).

Publicações

Monografias:

- *A Efectividade da Tutela de Terceiros no Contencioso Administrativo*, Almedina, Coimbra, 2007;
- *A Excepção de Ilegalidade no Contencioso da União Europeia*, AAFDL, Lisboa, 2008;
- *As Relações Jurídicas Administrativas Multipolares- Contributo para a sua compreensão substantiva*, Almedina, Coimbra, 2011.

Artigos:

- “O Primado do Direito da União Europeia: fundamentos e limites”, in Ana Maria Guerra Martins (Coord.), *Constitucionalismo Europeu em Crise- Estudos sobre a Constituição Europeia*, AAFDL, Lisboa, 2006, p. 163-235;
- “O Primado do Direito da União Europeia- do Acórdão Costa c. ENEL ao Tratado de

- Lisboa”, in Waldemar Humer (Editor), *Mercosur y Unión Europea*, Lerner, Córdoba, 2008, p. 317-343 [também publicado em *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Paulo de Pitta e Cunha*, Vol. I, Almedina, Coimbra, 2011, p. 191-209];
- “Constitutional Jurisprudence- Portugal (2008)”, *European Review of Public Law*, Vol. XXI, 3, 2009, p. 1353-1371;
 - “O acesso dos particulares ao recurso de anulação após o Tratado de Lisboa: remendos a um fato fora de moda”, *Cadernos O DIREITO*, n.º5, 2010, p. 89-109;
 - “O conceito de Direito Administrativo: barroquismo conceptual inútil ou tábua de salvação no Tsunami”, *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Sérvulo Correia*, Coimbra Editora, Coimbra, 2010, p. 325-346;
 - “A revisão da Lei de Bases do Ambiente e o Direito da União Europeia- a articulação funcional internormativa, *Actas do colóquio- A revisão da Lei de Bases do Ambiente*, Instituto de Ciências Jurídico-Políticas (ebook), 2011, p. 41-62;
 - “O Direito da União Europeia e a Constituição Portuguesa: tensões entre a integração supranacional e a soberania estadual”, in Helena Telino Neves Godinho e Ricardo Arnaldo Malheiros Fiúza (Coordenadores), *Direito Constitucional em Homenagem a Jorge Miranda*, Del Rey Editora, Belo Horizonte, 2011, p. 203-232;
 - “O efeito directo de normas transitórias de adaptação de monopólios de natureza comercial : anotação ao acórdão do TJCE, Caves Neto Costa SA contra o Ministro do Comércio e Turismo”, in: *20 anos de Jurisprudência da União sobre Casos Portugueses: o que fica do diálogo entre os juízes portugueses e o Tribunal de Justiça da União Europeia / coordenação Maria Luísa Duarte, Luís Fernandes, [e] Francisco Pereira Coutinho: [Ministério dos Negócios Estrangeiros], [2011]. - p. 98-105;*
 - “A prevenção e gestão de catástrofes no Direito da União Europeia”, in Carla Amado Gomes (Coordenação), *Direito (s) das catástrofes naturais*, Almedina, Coimbra, 2012, p. 141-172;
 - “A revogação de acto administrativo multipolar”, *Direito & Política*, n.º1, 2012, p. 46-60;
 - “O conceito de acto legislativo no Direito da União Europeia”, *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Jorge Miranda*, Vol. V, Coimbra Editora, Coimbra, 2012, p. 117-140;
 - “Tudo ao molho e fê...na jurisdição administrativa- pluralidade de sujeitos públicos e privados e competência dos tribunais administrativos em acção de responsabilidade civil

pública”, in Carla Amado Gomes/Tiago Serrão (Coord.), *Direito da Responsabilidade Civil Extracontratual das Entidades Públicas*, Ebook ICJP, 2013, p. 75-82;

- “A relação jurídica procedimental no projecto de revisão do código de procedimento administrativo”, E-Pública, n.º 1, 2014, p. 1-10;

- “A Avaliação de Impacto Ambiental e os seus múltiplos”, in Carla Amado Gomes/Tiago Antunes (Coord.), *Revisitando a Avaliação de Impacto Ambiental*, Instituto de Ciências Jurídico-Políticas (ebook), p. 62-71.

- “Os interessados no novo Código de Procedimento Administrativo, in Carla Amado Gomes/Ana Fernanda Neves/Tiago Serrão (Coord.), *Comentários ao Novo Código de Procedimento Administrativo*, AAFDL, 2015, p. 485-517;

- “A Convenção de Aarhus e as relações jurídicas administrativas multipolares”, in Carla Amado Gomes/Tiago Antunes (Coord.), *A trilogia de Aarhus*, Instituto de Ciências Jurídico-Políticas (ebook), 2015, p. 61-74;

- “O valor dogmático do conceito de direito subjectivo público em face da europeização do Direito Administrativo”, *Liber Amicorum Fausto de Quadros*, Almedina, 2016, p. 453-482.

Membro de Conselhos editoriais de revistas:

- Membro do Conselho de redacção da Revista Direito & Política

- Reviewer das revistas Lisbon Law Review e E-publica.

30-01-2017.